



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 72

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 5 DE JUNHO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 1º e 10 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

- Ao Projeto de Lei nº 3 de 1963 (C.N.), que dispõe sobre subsídios e dá outras providências (veto parcial);
- Ao Projeto de Lei nº 3.459-B-61, na Câmara e nº 18, de 1965, no Senado, que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 228 da Consolidação da Lei do Trabalho (veto total);
- Ao Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964, na Câmara e nº 320, de 1964, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências (veto parcial).

Senado Federal, em 11 de maio de 1965. — *Auro Moura Andrade.*

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 2º e 23 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 22 de junho:

- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 817-B-69, na Câmara dos Deputados e nº 251-64 no Senado Federal, que permite consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

Dia 23 de junho:

- Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-61, na Câmara e nº 144-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, ainda a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção, ressaltantes e ferramentas destinados às indústrias de filmes virgens e redução de matérias-primas indispensáveis à sua produção.
- Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.245-F-62, na Câmara e nº 78-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências.

Senado Federal, 26 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei 2.626-B, de 1961, na Câmara e nº 79-64, no Senado, que cria a Escola Politécnica de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Senado Federal, 1 de junho de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

DEC. LEG. Nº 55, DE 1965

Publicado no D.C.N., de 27-5-65.

Republicado no D.C.N. de 3-6-65.

Republicado por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olímpio Carneiro.

Art. 1º É mantido o ato, de 11 de dezembro de 1952, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de contrato celebrado, aos 3 de fevereiro de 1951, entre a União Federal e Felisberto Olímpio Carneiro para o desempenho no Instituto Nacional do Livro, da função de técnico especializado em lexicografia, revisão e coordenação de textos.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

ATA DA 66ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SENHORES NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDINI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
Silvestre Pericles
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Afonso Arinos
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Lopes da Costa

Milton Menezes
Guido Mondini
Daniel Krieger
Mem de Sá — 21.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1 — de restituição de autógrafos de projetos sancionados (mensagens de 31 de maio):

— n. 140-65 (n.º de origem 326-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 2.631-B-65 na Câmara e número 43-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE ERITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50.
Ano	Cr\$ 96.
Exterior	
Ano	Cr\$ 136.

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39.
Ano	Cr\$ 76.
Exterior	
Ano	Cr\$ 108.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos a quem preferir a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Of. 1.380, de 3 do mês em curso, relativamente ao Projeto de Lei que cria estímulos ao aumento de produtividade e à contenção de preços e dá outras providências (aprovação das emendas ns. 1, 2 e 3 e rejeição da de n. 4).

PARECERES

PARECER

Nº 716, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1965 (nº 197-A-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Sebastião Archer

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1965 (nº 197-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegál Benevides de Azeredo.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1965. — *Dix Huit Rosado*, Presidente. — *Sebastião Aucher*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 716, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1965 (nº 197-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 1965

Mantém o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro

a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegál Benevides de Azeredo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato, de 1º de outubro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo, de 14 de setembro de 1954, aditivo ao contrato celebrado, em 12 de março de 1954, entre o Governo Federal e Ortegál Benevides de Azeredo, para o desempenho, no Instituto de Óleos, das funções de Professor de Óleos e de alcalóides.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 717, DE 1955

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6 de 1955 (nº 202-A-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Sebastião Archer

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1955 (nº 202-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato, de 22 de maio de 1964, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao convênio celebrado, em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1965. — *Dix Huit Rosado*, Presidente. — *Sebastião Aucher*, Relator. — *Josaphat Marinho*.

ANEXO AO PARECER Nº 717, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1955 (nº 202-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 1955

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio de 1964, em 19 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato, de 22 de maio de 1964, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de convênio nº 8-64-60, de 19 de março de 1964, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, da cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

Nº 718, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1965 (nº 185-A-64, na Casa de origem).

Relator: Sr. Sebastião Archer

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1965 (nº 185-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato, de 1º de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1º de dezembro de 1954, entre o Governo da União e Otá Miranda e sua mulher, Erminda Cribillete Miranda.

ANEXO AO PARECER Nº 718, DE 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1965 (nº 185-A-64, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 1955

Mantém o ato, de 1º de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1º de dezembro de 1954, entre o Governo da União e Otá Miranda e sua mulher, Erminda Cribillete Miranda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato, de 1º de novembro de 1954, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de cooperação celebrado, em 1º de dezembro de 1954, entre o Governo da União e Otá Miranda e sua mulher, Erminda Cribillete Miranda, para regular a execução e pagamento de obras destinadas à irrigação de terras de sua propriedade, situado no Município de Campo-Maior, no Estado do Piauí.

o crédito especial de Cr\$ 280.000.000, para o fim que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.646, de 31-5-1965);

— n. 141-65 (nº de origem 227-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 2.653-B-65 na Câmara e número 51-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 4.382.416, para atender a despesas que especifica, a cargo do Estado Maior das Forças Armadas (projeto que se transformou na Lei nº 4.647, de 31-5-1965);

— n. 142-65 (nº de origem 323-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 2.654-B-65 na Câmara e número 48-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de até Cr\$ 950.000.000, para os fins que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.648, de 31-5-1965);

— n. 143-65 (nº de origem 323-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 2.647-B-65 na Câmara e número 33-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 109.806.000, para o fim que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.649, de 31 de maio de 1965);

— n. 144-65 (nº de origem 320-65) — autógrafos do Projeto de Lei número 38-65 no Senado e n. 2.645-65 na Câmara, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 15.480.000.000, para cobrir a diferença nas aquisições cambiais para a importação de material aeronáutico (projeto que se transformou na Lei nº 4.650, de 31-5-1965);

— n. 145-65 (número de origem 331 de 1965) — autógrafos do Projeto de Lei nº 2.647-65 na Câmara e número 39-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000, para o fim que especifica (projeto que se transformou na Lei nº 4.651, de 31-5-1965);

— n. 146-65 (número de origem 332 de 1965) — autógrafos do Projeto de Lei nº 2.649-B na Câmara e número 52-65 no Senado, que autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.079.494.483,40, a diversos Ministérios (projeto que se transformou na Lei nº 4.652, de 31 de maio de 1965);

II — de agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre a escolha do Sr. Alvaro Gonzalo Americano de Oliveira e Souza para o Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

N. 147-65 (nº de origem 323-65), de 1º do mês em curso.

Ofício n. 364, de 24 de maio, do Sr. Governador do Estado do Paraná — Agradeço a comunicação referente à promulgação da Resolução n. 43-65, que autoriza o Executivo daquele Estado a assumir, na qualidade de fiador, perante o Banco Internacional de Desenvolvimento, compromisso de empréstimo a ser firmado com a Eletropar, como mutuária e a Copel como interveniente.

Comunicação do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados sobre o pronunciamento daquela Casa em relação a emendas do Senado a proposições ali iniciadas:

Of. 1.362, de 2 do mês em curso, relativamente ao Projeto que altera o texto da Lei n. 3.244, de 14 de agosto de 1957 (rejeição de todas as emendas);

nfestar a V. Exa. a minha integral solidariedade, os meus sentimentos de profundo pesar, extensivos ao seu Estado. Sugeriria que, no discurso de V. Exa., fosse dada nota direta ao ex-Deputado Mário Martins que é, por tantos títulos, também merecedor da admiração e da gratidão, não apenas do povo do Espírito Santo, Estado onde se enraizou, mas também do nosso Partido, a União Democrática Nacional.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço o aparte do eminente Senador Afonso Arinos que empresta ao meu discurso o brilho e a substância que lhe faltavam...

O Sr. Afonso Arinos — Não apoiado.

O SR. EURICO REZENDE — ... e essa intervenção é tanto mais justa e mais nobre quando se tem em vista que o ilustre extinto, pelo trabalho e pelo pioneirismo, contribuiu, de modo decisivo, para a integração das relações sócio-econômicas de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Prosseguindo, Sr. Presidente, na impossibilidade, pela surpresa do fato contrariador, de oferecer uma exposição completa a respeito do assunto, desejo, apenas, salientar e enfatizar que o Professor Ceciliano Abel de Almeida fez parte, com a atuação de liderança, da comissão que traçou os limites de Minas Gerais e do Espírito Santo. E o seu trabalho, neste particular, mereceu, na época, a sinceridade e o vigor dos maiores elogios, salientando-se que foi uma tarefa digna de servir de inspiração para a solução de outras questões lineares que, naquele passado longínquo, inquietavam o País por amearar, em várias regiões, a própria unidade nacional.

Mais tarde, já convertida a Estrada de Ferro Vitória-Minas em Companhia Vale do Rio Doce S. S.ª foi Diretor dessa autarquia e, nesse mister, caracterizou-se e empoçou-se pela prestação de grandes e meritosos serviços. Dando demonstração marcante de sua diversificada capacidade de trabalho, foi também pioneiro em matéria de implantação da rede telefônica do Espírito Santo, ele que foi o primeiro presidente da Companhia Telefônica do Espírito Santo. Uma das constantes de sua vida foi o Magistério secundário, tendo sido professor de matemática do antigo Ginásio do Espírito Santo, atualmente Colégio Estadual do Espírito Santo.

Dificilmente as gerações promanaças da década de 1930 não experimentaram, não se ilustraram, não se dignificaram na dedicação, na cultura e na erudição daquele Magistério e da quele excelente, aplaudido e vitorioso professor.

Assim, Sr. Presidente, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida plantou as raízes do seu pioneirismo que, a princípio, através das paralelas de aço da Estrada de Ferro Vitória-Minas, se circunscreveu apenas a prósperas regiões de Minas e do Espírito Santo.

Mais tarde aquela obra se desdobrou, se alargou numa dimensão nacional e aí está a Cia. Vel's do Rio Doce, como disse, uma empresa estatal digna da confiança, do aplauso do povo e do governo brasileiro, mas que também se distendeu de tal forma que estabeleceu coordenadas eficientes no intercâmbio internacional do País.

E ainda neste ângulo, na estela das atividades da Companhia Vale do Rio Doce devemos citar a circunstância arquiposia, e mil vezes bendita, de estar sendo construído no meu Estado, como desaguadouro dos sonhos e das aspirações de Ceciliano Abel de Almeida, o maior embarcadouro de minérios do mundo e que será mais uma instrumentalização vigorosa do nosso respeito externo e da nossa emancipação econômica.

Sobre esse túmulo, Sr. Presidente, desejo depositar, neste rápido discurso, as emoções da minha saudade.

O Sr. Lobão da Silveira — Permita-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Quero associar-me à homenagem que V. Ex.ª presta a um grande homem de seu Estado, construtor de estradas, entre as quais merece destaque especial a Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Hoje, sobretudo nos dias que atravessamos, como medida de economia, arrancam-se os trilhos das estradas de ferro, dando preferência às estradas de rodagem, que só pode ser transitadas por carros oficiais, pois as populações pobres não têm recursos para pagar as passagens de ônibus, de locação e de carros. Enquanto isso, desaparecem as estradas de ferro, tão importantes para gente humilde que vive lutando e trabalhando pela grandeza do País e sendo desprezada por seu próprio País.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a valiosa contribuição de V. Ex.ª, nobre Senador Lobão da Silveira, e nela encaro o elogio que faz à Companhia Vale do Rio Doce, o enaltecimento do sonho e do pioneirismo do Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Sr. Presidente, sobre a memória, para nós tão caudante do Dr. Ceciliano Abel de Almeida, deposito a sua vida da minha prece, na certeza de que os seus exemplos de dignidade, de trabalho e de espírito público se integraram definitivamente no patrimônio dos grandes valores morais e profissionais do Espírito Santo e do seu nobre e generoso povo.

E neste gesto qualificadamente espiritual, e neste preito de reconhecimento e de gratidão pelos grandes serviços prestados pelo pranteado extinto, esendo a minha mensagem de pesar à sua descendência ilustre, em cujo elenco situo de um lado o Professor Nelson Abel de Almeida, que como pai é uma admirável vocação de professor, a Dona Iná de Almeida Martins, detentora dos títulos e das melhores virtudes da mulher capixana e da mulher brasileira, consorciada com o Dr. Mário Martins, ex-Deputado Federal, jornalista vibrante, que, em momento singular da sua vida pública, não teve dúvida em renunciar ao seu mandato para se comportar nos rigorosos limites da sua consciência tranqüila.

Com essas palavras, Sr. Presidente, gravo nos anais da Casa o imenso pesar e a dor inenarrável que nos vieram do falecimento do Professor Ceciliano Abel de Almeida. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ao solicitar a palavra, o faço prazeiramente, porque desejo, nesta oportunidade, como intérprete do pensamento do povo matogrossense e do seu Governador, congratular-me com S. Ex.ª o Sr. Ministro de Minas e Energia Mauro Thibau, pela recente visita que se dignou fazer ao meu Estado.

Sr. Presidente, esse eminente homem público, técnico de nomeada, vem imprimindo naquele Ministério, um ritmo de trabalho que está a reclamar essa importante Pasta.

Deixou S. Ex.ª Brasília no dia 2 de maio próximo, em companhia do Sr. Governador Fernando Correia, a bordo da U.D.N. no Congresso e altos funcionários do seu ministério

Nessa visita o Sr. Ministro teve oportunidade de conhecer de perto as necessidades energéticas de cada uma das cidades que percorreu, ou seja, Cuiabá, Campo Grande e Corumbá.

Essas cidades, Sr. Presidente, dado seu constante progresso, estão a requerer urgência na concretização dos planos elaborados que visam a dotá-las de energia elétrica suficiente para atender às suas demandas presentes e futuras.

O Sr. Ministro Mauro Thibau presenciou as grandes dificuldades com que se defronta Mato Grosso para se desenvolver, a luta titânica que o Governador e o povo matogrossense enfrentam para vencer essas dificuldades.

No discurso desse eminente brasileiro que hoje está à frente de importante Ministério, prestando relevantes serviços à Nação, constam palavras que dizem bem do sacrifício daquela gente, na luta pela própria sobrevivência.

Desejo, nesta oportunidade, Senhor Presidente, ler esse importante discurso pronunciado na Capital do meu Estado pelo Sr. Ministro Mauro Thibau:

(Lendo)

"Senhor Governador

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

Extremamente sensibilizado, agradeço, por mim e também por aqueles que me acompanham nesta viagem a Mato Grosso, as generosas palavras de Vossa Excelência, Senhor Governador, que refletem, a bem dizer, os tradicionais sentimentos de hospitalidade com que o nobre povo desta terra costuma acolher os que a visitam.

Possa afirmar que é com satisfação que piso o solo matogrossense. Aqui vive um povo dotado de profunda vocação para o trabalho, cujo pioneirismo, ao longo de sua história marcada de tantos episódios dignificantes, não tem conhecido temores, omissões ou sacrifícios. Aqui vive uma gente que, se possui o gosto da luta, não desama as coisas do espírito, encontrando, assim, no campo da ação e na área da inteligência, seu instrumental de afirmação. Aqui a história da nacionalidade conheceu momentos de alta glória, que tanto a enobreceram. Aqui se plasmou uma coletividade que tem uma grande crença em si mesma, que sabe o que deseja, que tudo faz para alcançar seus desígnios, que não se compraz, todavia, com os triunfos obtidos, porque seu destino é a própria luta; vale dizer, porque seu ideal é prosseguir, rasgar novos horizontes, ir em busca do futuro.

Assinalo, com júbilo, a circunstância de efetuar-se minha visita a Mato Grosso no mês em que se comemora o centenário de nascimento de Rondon. Felicito-me por essa coincidência, que me permite associar, pessoalmente, as homenagens com que o povo matogrossense está a reverenciar a inolvidável figura de quem foi um de seus maiores, direito ainda, de quem pela obra verdadeiramente invulgar que realizou — tanto engrandeceu o Brasil e a própria humanidade quanto os que mais o fizeram.

Sejam, portanto, Senhor Governador, de agradecimento, admiração e respeito minhas primeiras palavras.

Engenhheiro, afeito ao exame desapassionado dos problemas, procurando sempre sentir a rea-

lidade tal como ela é, nunca me deixei seduzir pelas formulações fantasiosas, tão do agrado dos que acham que o desenvolvimento nacional pode ter como suporte o devaneio. No Ministério das Minas e Energia, em nada mudou minha maneira de pensar e de agir. Assim, acreditando na ação de pre-ênça, onde quer que se torne necessário, não tenho medido sacrifícios para, de perto, conhecer, em seus autênticos contornos, os principais problemas que, nos diferentes quadrantes do país, reclamam a contribuição de minha pasta. Foi-se a época em que o exercício das altas funções públicas constituía um agradável passatempo, desfrutado no conforto dos gabinetes, em meio à pompa inútil das honrarias. A vida trepidante de nossos dias passou a exigir dos responsáveis pela administração da coisa pública alto poder de análise, visualização objetiva dos fatos, capacidade de decisão rápida, espírito de renúncia e, quase diria, um certo dom de ubiquidade.

Tenho viajado muito pelo país. Mas não creia ninguém que se trate de amenas vilegiaturas. Venho agora a Mato Grosso, como tenho ido a tantas outras regiões do território nacional: para trabalhar. Sim, porque outra coisa não faço, nestes meus constantes deslocamentos, senão dar sentido prático à idéia, por mim há pouco enunciada, de que é através da ação de presença que o homem público com atribuições executivas pode realizar uma obra verdadeiramente consentânea com os reclames da realidade.

-Sei, Senhor Governador, que o Estado de Mato Grosso tem enfrentado grandes dificuldades para poder cumprir a parte que lhe cabe no processo do desenvolvimento geral do país. Sei também dos enormes esforços de Vossa Excelência para vencer essas dificuldades. Sei ainda que alguns sacrifícios terão que ser suportados para que tais obstáculos desapareçam.

Não me tome ninguém, entretanto, por pessimista. Estou sendo apenas realista. É que vivemos, nós, brasileiros de todos os rincões da pátria, uma hora de renúncia, própria das fases de reconstrução por que costumam passar as nações saídas de largos períodos de desatino político e administrativos. O que se passou no Brasil é muito recente para que seja tão depressa esquecido. Não nos olvidemos de que foi necessária uma revolução, a fim de que a ordem, o respeito e a dignidade voltassem a reinar no país, ainda que para tanto — governo e povo — tivessem que enfrentar desgastes e sacrifícios, convencidos da inexistência de outra alternativa. Somente a certeza de que haveria de ser o nosso destino — se continuasse a mesma que se abateu sobre o Brasil, durante o governo deposto — nos pode dar forças para enfrentar os terríveis problemas que herdamos daquela quadra sinistra. E vai mais longe ainda a missão que nos cumpre, pois ela não se esgota nos limites dos anseios de nossa geração. Acima de tudo, temos o dever de pensar em nossos filhos e nos que virão depois deles, de sorte a assegurar-lhes uma existência condigna e feliz, sem apreensões ou sofrimentos.

Se o instante é de sacrifícios, Senhor Governador, o é também de esperanças. A hora é de conjugação de esforços, de somatório de dedicações, de aglutinação de interesses. Coerentemente, portanto, com as responsabilidades exigidas pelo momento atual, temos que partir para uma ação coordenada, dentro de um planejamento racional, garantidor da rota certa que nos haverá de conduzir a um estágio econômico vital para a nossa sobrevivência como nação ciosa do seu futuro.

Tenho verificado, com alegria, em minhas viagens de caráter administrativo, que já existe e começa a produzir resultados benéficos, notadamente no setor da eletrificação, aquilo a que poderíamos chamar de *senso de planejamento*. Com júbilo especial, posso proclamar que Mato Grosso não foge à regra. Dos contactos já mantidos com Vossa Excelência, Senhor Governador, e seus dignos auxiliares, resultou-me a convicção de que aqui se confere particular relevância à função do planejamento, sobretudo — pelo que me foi dado observar mais de perto — no campo energético. Devo mesmo destacar a significativa modificação operada na mentalidade dos técnicos matogrossenses, que, a exemplo de seus colegas de outras regiões do país, passaram a pensar ousadamente em termos de longo prazo, abandonando o empirismo infecundo e dispersivo pelos métodos racionais de formulação de projetos de amplo alcance em função dos fatores que o condicionam como costumam ser os que dizem respeito à energia elétrica.

Dada a minha vivência profissional no assunto, posso antever as melhores perspectivas de progresso para Mato Grosso, em decorrência dessa nova filosofia de trabalho, que se fundamenta em critérios de racionalidade e não em impulsos emocionais ou em interesses episódicos.

Lutando, como tem lutado, com falta de recursos, carência de mão-de-obra qualificada e outras dificuldades não menos ponderáveis, Mato Grosso impressiona, realmente, a quem o visita, pelo muito que já fez e está fazendo no sentido de superar os obstáculos que têm procurado tolher seu desenvolvimento. O que aqui se observa, Senhor Governador, em matéria de corrida para o progresso, de inconformismo com a estagnação, constitui expressivo exemplo de pertinácia e coragem, de fé e entusiasmo, que dá bem uma medida do espírito de luta do povo matogrossense, ao qual me referi em minhas palavras iniciais.

No setor da energia elétrica, se ainda não se pode dizer que Mato Grosso tenha feito o essencial para atender às exigências do seu crescimento, poder-se-á, todavia, afirmar que as obras em execução e os empreendimentos programados representam muita coisa. Mas isso ainda é pouco, devemos reconhecer. A eletricidade não chegou, por enquanto, a dezenas de localidades deste imenso Estado e, onde chegou, é ainda insuficiente ou muito cara para impulsionar as máquinas das indústrias indispensáveis à sua expansão econômica. Bem sei que há muito trabalho por fazer, em tão importante setor.

Administrador experiente e lúcido, que conseguiu reunir

uma equipe de auxiliares devotados e capazes, Vossa Excelência, Senhor Governador, não esmorecerá, estou certo, ante o vulto de tantos encargos e responsabilidades. Mato Grosso, porém, não ficará só, nessa luta vital para o seu destino. Desde já, proclamo que não lhe faltará o apoio do Ministério das Minas e Energia, que sabe avaliar o tremendo esforço com que o Governo do Estado procura cumprir suas graves atribuições. Mas é preciso também que haja outras fontes de cooperação, eis que a política fixada pelo Governo do Presidente Castello Branco, para o setor energético, objetiva o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, por intermédio da conjugação dos esforços do poder público e do capital privado. De referência a este último, cabe incentivá-lo a abandonar a área da especulação, socialmente improdutiva, e encaminhá-lo aos empreendimentos sadios, inclusive e, de modo particular, nos setores da infra-estrutura.

Não podemos alimentar ilusões a esse respeito. Enganarmos-nos a nós próprios seria, por assim dizer, o meio mais primário de deformação consentida da realidade. Não há, pois, como fugirmos às evidências, mesmo quando elas nos sejam insatisfatórias ou penosas.

Veja bem, Senhor Governador: somente na área da energia elétrica, o Brasil vai necessitar, até 1970, de mais de 5 trilhões de cruzeiros. Perguntaria: como fazer face a tamanhos encargos, através de uma ação isolada? A resposta é uma só: impossível.

Para que a ação governamental, na área dos serviços de utilidade pública, quer diretamente, quer através de empresas de economia mista, seja, na realidade, eficiente e reprodutiva, cumpre operar tais serviços em regime de lucratividade. Só as organizações financeiramente sadias, particulares ou públicas, possuem condições de garantir aos seus consumidores um serviço adequado, porque apenas elas se acham habilitadas a executar as obras necessárias ao atendimento de uma demanda sempre crescente. E mais: somente as empresas com tratamento tarifário justo podem apresentar saúde financeira e mesmo administrativa.

Considero, assim, profundamente injusto, através de tarifas irreais, resultantes de custos fraudados, traçar-se uma política energética em prejuízo de toda a coletividade, porquanto injusto é fazer com que aqueles que nenhum benefício auferem por um serviço sejam onerados com o custo dele decorrente, através de impostos ou taxas de aplicação geral. Somente por má-fé ou ingenuidade se poderá acreditar na possibilidade da fixação de custos por decreto. Pode-se, isto sim, fixar preços por decreto, mas, quando os custos forem superiores aos preços, a coletividade arca com o ônus do subsídio, independentemente de usufruir, ou não, dos benefícios do serviço prestado.

Não devemos temer, portanto, a verdade tarifária, nem tampouco nos assustar com sua repercussão na atividade industrial, pois, na maioria dos produtos, a incidência da energia se faz em proporção ínfima, geralmente abaixo de um por cento.

A esta altura de minhas palavras, desejo exprimir o meu reconhecimento pelo esforço da CEMAT, quer no que diz respeito ao desenvolvimento do seu programa de obras, quer no atinente ao fortalecimento de sua posição financeira. Ao apresentar, neste instante, ao engenheiro Victor Andrade Brito e seus dedicados companheiros, minhas congratulações pelo muito que conseguiram realizar, tenho por oportuno incentivá-los, para que prossigam em sua rota, sem desfalecimentos ou receios, porque poderão confiar no apoio, não apenas do Ministério das Minas e Energia, mas também — estou certo — da própria opinião pública, cujas reações são bem diferentes das que, em seu nome, anunciam falsos líderes, hoje em dia, para sorte geral, inteiramente desacreditados.

Senhor Governador:

Esta é a linguagem em que costumo sempre me expressar: objetiva, clara, despojada de artifícios, quase crua, muitas vezes. Vi também que não é outra a linguagem de Vossa Excelência. Isto demonstra que os atuais homens públicos brasileiros estão se afastando, cada vez mais, da fútil retórica do passado. Estamos aprendendo a nos entender através da expressão direta, que traduz, com fidelidade, o que vai em nosso pensamento, em lugar de escamoteá-lo, como é costumeiro na inconsequente oratória profissional. Nem poderia ser de outra forma, num momento, como este, em que o nosso país — recuperado, como por milagre, de uma catástrofe — exige de seus dirigentes sinceridade, firmeza, coragem e despreendimento.

Sei, Senhor Governador, como também o sabe Vossa Excelência, da gigantesca tarefa que temos pela frente, nesta hora, que eu chamaria de reconstrução nacional. Sabemos muito bem que o povo brasileiro não nos perdoaria se, no desempenho de nossa missão, fraquejássemos, por temor ou peso das responsabilidades ou por mero personalismo. Se temos certeza disso tudo, acreditamos também que o Brasil superará, em breve, suas atuais dificuldades, pois um país, com tanta vitalidade, como este, não pode nunca perecer.

Ao reafirmar a Vossa Excelência, Senhor Governador, os meus cordiais agradecimentos pela afetuosa acolhida que nos foi dispensada, a mim e aos integrantes de minha comitiva, nesta histórica Cidade de Cuiabá, formulo votos do sentido de que o Estado de Mato Grosso possa, muito em breve, alcançar os privilégios de um porvir radioso, que o seu povo, aliás, tanto merece.

Sr. Presidente, o Ilustre Ministro das Minas e Energia, visitando Cuiabá, colheu daquela nossa velha capital construída há mais de dois séculos e meio ótima impressão. Ali fiscalizou as obras da terceira usina do Rio da Casca e recebeu um relatório correspondente à futura usina do Funil, que terá a capacidade de 65.000 Kwa. Diz S. Exa. das dificuldades que atravessa o Ministério das Minas e Energia para corresponder aos anseios de todas as cidades brasileiras que necessitam de energia elétrica para o seu progresso. Mas S. Exa. o Sr. Ministro Mauro Thibau compreendeu bem a significação para a histórica cidade de Cuiabá da construção dessa importante usina para uma cidade que está precisando de energia elétrica para continuar o

seu ritmo de progresso. Visitou também Campo Grande e Corumbá. Campo Grande é uma cidade que está distante somente uns quatrocentos quilômetros da futura usina de Urubupungá e que, portanto, dentro de um futuro próximo, será grandemente beneficiada por essa importante usina hidrelétrica que a Nação vai possuir. Corumbá, já é mais distante — cerca de oitocentos quilômetros de Urubupungá — terá necessidade do reforço da usina hidrelétrica de Mimoso, que está sendo construída no intermediário entre Campo Grande e Urubupungá, para que possa auxiliar a linha de transmissão que será feita de Campo Grande a Corumbá.

Mas quero nesta oportunidade salientar a ótima impressão que o Senhor Ministro teve da cidade de Corumbá. Ele jamais poderia supor que, na fronteira oeste de nossa Pátria, vizinho já no limite com a Bolívia fôsse encontrada uma cidade tão bem traçada, uma cidade industrial, uma cidade com setenta e cinco mil habitantes, uma cidade cujo povo progressista e trabalhador é talvez diferente de outros povos, de outras populações do centro do Brasil, porque ali, Sr. Presidente, se cultiva, tenho a impressão, com mais intensidade, o civismo e o patriotismo da gente brasileira.

Sr. Presidente, V. Exa. já teve oportunidade de visitar Corumbá, e guardou boa impressão; sabe o que aquele povo tão distanciado dos centros civilizados do país deseja para o seu progresso.

Sr. Presidente, esse desejo — ter mais abundância de energia elétrica, para que ali possa se instalar novas indústrias, principalmente a indústria pesada, a indústria de laminado, a indústria do aço, porque, como V. Exa. sabe, ali existe uma das maiores reservas de minério de ferro e manganês, não digo do Brasil, mas de todo mundo.

Era o que tinha a dizer, desejando que faça constar dos anais desta Casa o importante discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Mauro Thibau na Capital do meu Estado, na sua recente visita a Mato Grosso com os agradecimentos do povo da minha terra. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, acabo de regressar do Estado da Paraíba, onde estive participando das comemorações do centenário de nascimento do eminente Presidente Epitácio Pessoa.

Presenciei a forma por que nossa terra homenageava seu grande filho, em uma tocante e justa devoção, a memória daquela egrégia figura.

Transportamo-nos ao porto de Cabedelo, a fim de assistir à traslatação das urnas funerárias do grande Presidente desaparecido e de sua Exma. esposa, Dona Mary Sayão Pessoa, ambas conduzidas pelo contratorpedeiro "Acre" do Rio de Janeiro à capital paraibana.

Tive então o ensejo, Sr. Presidente, de verificar o deplorável estado em que se encontra a rodovia que liga o nosso ancoradouro externo a João Pessoa. É de tal natureza que o Governador do Estado, em companhia do Almirante Duque Guimarães, que representava o Ministério da Marinha, conduziu as duas urnas utilizando um helicóptero. Acredito que o Chefe do Governo do nosso Estado tomara essa deliberação com receio de críticas que lhe pudessem ser feitas pelos visitantes, brasileiros de vários pontos do país, sobretudo do Rio de Janeiro, que lá compareceram para nos honrar com a sua homenagem ao preclaro paraibano.

Eu, porém, Sr. Presidente, e outros paraibanos realizamos a viagem pela estrada. Em certos trechos, entre a praia do Poço e a cidade de Cabedelo, a estrada — como se diz, vulgarmente no Nordeste — "está acabada". Muitos paraibanos já me haviam pedido para reclamar, da tribuna do Senado, junto aos Poderes públicos federais, providências urgentes para reconstrução da Rodovia Cabedelo — João Pessoa.

Construída durante nosso Governo, na intervenção, de selo-cimento, foi ela a primeira estrada pavimentada do Nordeste. Cuidamo-la com carinho, e a estrada já tornava aspecto de avenida, como terá que ser no futuro, ligando o Porto à Capital. Chegamos mesmo a mandar plantar árvores ornamentais — palmeiras imperiais, caçujeros, coqueiros — às suas margens. Infelizmente, não pudemos concluir as obras complementares. Agora, a estrada está praticamente em ruínas.

Antes do término das comemorações necessitamos regressar ao Rio, pelo que não tivemos oportunidade de apurar a quem estava afeta a conservação da estrada. Agora, porém, recebemos um telegrama do Presidente da Associação Comercial de João Pessoa, Senhor Ruy Bezerra, figura — indubitável relêvo nas classes conservadoras do meu Estado, sobretudo pela maneira objetiva como trabalha, pelo prestígio de que goza no meio da classe, porque ele é, antes de tudo, um grande servidor da Paraíba no setor da produção.

Diz o Sr. Ruy Bezerra Cavalcanti, elucidando o assunto:

(Lê o telegrama.)

"Associação Comercial de João Pessoa, cumprindo os objetivos que lhe são impostos na defesa da economia paraibana solicita alta e honrosa colaboração de Vossa Exa. na luta que vem empreendendo junto aos setores federais para urgentes providências em favor da rodovia João Pessoa Cabedelo atualmente sob esfera do Governo da União. A referida estrada não oferece quaisquer condições de tráfego com ameaça de isolamento do Porto e de prejuízos incalculáveis para exportação de nossas riquezas. O interesse de V. Exa. contribuiria evitar colapso importante trecho de nosso sistema rodoviário.

Atenciosamente

Ruy Bezerra Cavalcante

Presidente da Associação Comercial de João Pessoa

Está agora definido a quem cabe a responsabilidade pela conservação. Eu não queria fazer desta tribuna uma crítica ao governador do Estado, que é meu adversário. Mas não se justifica, de momento alguma, a sua conduta, porque a rodovia, que liga o porto à capital, serv de escoadouro às nossas riquezas.

Fiz-se eu o governador do Estado, naturalmente lançaria mão do DNTER, que recebe recursos do Governo Federal, e conservaria a estrada, que está sob o controle do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Para isso comatário porque referenci da Paraíba profundamente comprometido por ver as condições daquela estrada, feita com tanto carinho. Construída, como disse, em selo-cimento, mas com tratamento de asfalto, tornando-se uma estrada de primeira ordem, pela qual se pode fazer a viagem João Pessoa-Cabedelo em poucos minutos. Antes, existia uma estrada carroçável, construída pelo governo federal. O Deputado Avila Lima, na semana passada, ocupou-se do assunto. Afirinou que a então estrada carroçável foi construída no governo de Washington Luís. Mas seu alargamento e pavimenta-

ção foram realizados durante nossa administração na interventoria do Estado.

Diz-me modo, Sr. Presidente, aqui leio o meu apêlo, lendo o telegrama do Presidente da Associação Comercial, Sr. Ruy Bezerra Cavalcante, que me merece — e acredito que de todos os, da representação paraibana — o tratamento especial pelas suas excelentes qualidades de homem de espírito público acentuado e que se destaca entre as pessoas que atuam na direção dos órgãos das classes produtivas. Pela obrigação minha ler seu telegrama e fazer tais comentários.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Ao quero que V. Exa. conclua seu discurso sem me solidarizar de público ao apêlo que V. Exa. está dirigindo ao Governo Federal, especificamente ao Sr. Ministro da Viação. Conheço a estrada a que V. Exa. se refere, do Porto de Cabedelo à Capital, e me recordo bem do estado em que se encontrava no governo de V. Exa. Foi V. Exa. quem a construiu. Realmente fazia gosto viajar-se a João Pessoa, aquele tempo. Por essa forma como representante como é do meu povo pelas coisas que digam respeito a seu programa de Governo, solidarizo-me com V. Exa. no apêlo que formulou ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do meu eminente amigo e colega de representação, Senador Argemiro de Figueiredo, que governou o Estado da Paraíba e sabe que a tarefa relativa à conservação e pavimentação de estradas é de maior relevância para a situação econômica de nosso Estado. Trata-se da estrada que liga todo o oeste do território paraibano ao ancoradouro externo, que é Cabedelo.

Reitero o agradecimento a seu aparte. Suas palavras irão semear a gratidão que nosso Estado já lhe tem pelos mercedários benefícios prestados por V. Exa. quando de seu Governo.

O Sr. Walfrado Gurgel — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Walfrado Gurgel — Quero louvar a atitude de V. Exa., defendendo os interesses de seu Estado, num assunto tão vital, qual é a ligação rodoviária entre a capital e o porto de Cabedelo. Realmente sabemos as dificuldades que enfrenta o Nordeste para a manutenção dessas rodovias, que durante muitos e muitos anos ficaram abandonadas. V. Exa. como legítimo representante da Paraíba, faz muito bem em chamar a atenção das autoridades federais. Estou certo de que a sua palavra e a do Senador Argemiro de Figueiredo serão ouvidos pelos órgãos competentes, atendendo assim o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ao apêlo do comércio, das classes conservadoras e do povo da Paraíba para que não fique uma estrada de tão vital importância como a que liga João Pessoa ao porto de Cabedelo ficar intransitável. Aliás, isso se verifica com muitas outras estradas do Brasil. Faz-se a pavimentação e descurda-se de qualquer conservação. Eu, que viajo de automóvel, tenho notado que grandes trechos da Rio-Bahia, por exemplo, estão intransitáveis. Os carros têm de andar em marcha vagarosa para evitar os buracos do asfalto. V. Exa. faz muito bem. Acredito que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ouvirá este apêlo e imediatamente tratará de fazer o conserto da estrada, atendendo assim o

desejo de todo o povo da Paraíba e dos seus ilustres representantes nesta Casa.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Walfrado Gurgel, do Rio Grande do Norte, que conhece bem os nossos problemas, e sabe que é vital, para a economia do Estado da Paraíba, o bom estado de conservação daquela rodovia. Por ela se escoia a nossa produção algodoeira, cujo transporte já é feito por caminhões. Aproxima-se o mês de setembro e com ele a safra do algodão. O mesmo produto virá do Piauí, do Maranhão, do Ceará, do Rio Grande do Norte, para Campina Grande — centro dos negócios algodoeiros, terra do Senador Argemiro de Figueiredo — e de lá seguirá para João Pessoa. Mas, se a estrada permanecer intransitável, a mercadoria tornar-se-á gravosa, porque exigirá mais dispendio de gasolina, óleo e pneumáticos. Então, ninguém irá mais a Cabedelo. Todos preferirão Recife. A estrada que liga esta cidade a João Pessoa está em ótimo estado. Dê-se motivo, ficará o porto de Cabedelo paralisado e a nossa estrada terá seu fim. Se o Governo federal, a quem ela está entregue, deixar de cuidar dos reparos, da reconstrução — pois vai ser preciso uma verdadeira reconstrução, sobretudo entre os trechos da praia do Poço e Cabedelo ...

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exa. mais um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Depois do aparte do eminente Senador Walfrado Gurgel e da extensão que V. Exa. está dando ao seu discurso, referindo-se às rodovias em geral, como essenciais ao comércio, ao transporte da economia de cada região, de cada Estado, de cada município, quero dizer a V. Exa. da economia de cada Região de cada Estado de cada Município. Já ocupei a tribuna desta Casa por várias vezes, solicitando providências sérias no sentido moral, por parte do Governo, para que cessasse um pouco de sua atenção para o processo irregular adotado na construção de rodovias, no Estado da Paraíba e a crédito nas demais rodovias do Nordeste. O que tem ocorrido naquela região, é que serviços dessa natureza são em geral empreitados, e os empreiteiros, no desejo de um lucro mais fácil, fazem seus contratos. Mas o processo da execução das obras não obedece àquilo que convencionaram com o Ministério da Viação, resultando que, poucos dias depois de entregue a estrada como perfeita, completa e cumprida as cláusulas do contrato, as rodovias começam a arrebentar o lastro de asfalto, ficando em pouco tempo inutilizadas. Com o transporte que se vai efetuando, as estradas desaparecem e aquele mesmo empreiteiro que se comprometeu a entregá-las prontas e pavimentadas recebe novos recursos, mediante novos contratos para o trabalho de reconstrução. Vivemos assim no Nordeste dentro de um círculo vicioso. A União compra recursos destinados a pavimentação das rodovias e o dinheiro se gasta por força de artifícios do baco, cuja responsabilidade não sei a quem atribuir e nem posso definir. Mas na verdade temos que confessar que o Ministério da Viação, do atual Governo como dos anteriores, como poder fiscalizador e aplicador dos dinheiros públicos, tem responsabilidade incontestavelmente, por essa situação dolorosa em que se encontram as rodovias do Nordeste. Sendo uma região pobre, não é possível estojamos aplicando recursos em obras desta natureza, que são vitais para a sua economia, sem cuidar na providência da aplicação dos dinheiros públicos.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a segunda intervenção do emi-

nente Senador Argemiro de Figueiredo, corroborando os meus comentários em torno da situação das rodovias paraibanas, situação essa que, lamentavelmente, vem sendo constatada há muito, sem que qualquer providência seja tomada. Faço daqui um apêlo ao Presidente Castello Branco, ao Ministro Juarez Távora e de modo especial, ao Dr. José Lafayette Joviani do Prado, ilustre engenheiro, nascido em Minas Gerais, atualmente na direção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Dirigir-me-ei ao Dr. Lafayette, porque, certa vez, ao apresentar uma reclamação ao Ministro Juarez Távora, meu amigo, a quem estimo e tenho profundo apreço, a respeito das linhas telegráficas da Paraíba, Estado que percorri em junho do ano passado, expus a S. Exa. as condiçõesploráveis da Estrada de Cabedelo.

S. Exa. me recebeu com a fidalguia e a delicadeza com que sempre me distinguuiu, dizendo, entretanto, que as reclamações relacionadas com o seu Ministério poderiam ser levadas diretamente ao Diretor do respectivo serviço. Daí a minha intenção de procurá-lo pessoalmente no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no Rio de Janeiro para pedir-lhe, em nome da população do meu Estado, que tenha em conta a reclamação do Presidente da Associação Comercial de João Pessoa, reclamação que é também minha, do Senador Argemiro de Figueiredo e apoiada pelo Representante do Rio Grande do Norte, Senador Walfrado Gurgel.

Tentarei comover sua senhoria, que segundo informações que me foram prestadas, é claro de sua responsabilidade à frente daquele Departamento, que já dirigiu no Governo João Quadros. Então, pois, ser atendido, e que a obra de reconstrução da Estrada de Cabedelo, venha a ser motivo para que lhe formos justiça a S. Exa. desta tribuna.

Sr. Presidente, sabemos o que representa uma estrada para um Estado. Há pouco, o Senador Eurico Rezende, representante do Espírito Santo, ao fazer o necrológico de um ilustre filho do seu Estado, o engenheiro e professor Ceciliano Abel de Almeida, além das qualidades excepcionais do professor desaparecido, apontou como trabalho marcante do ilustre morto, o da estrada Vitória-Minas, hoje Vale do Rio Doce, uma das maiores realizações daquele brasileiro e que vem concorrendo para a riqueza do pequeno, mas próspero e rico Estado do Espírito Santo. Daí a razão por que me estendi nessas considerações, no fim da sessão, numa sexta-feira, a respeito da reconstrução da Estrada de Cabedelo que está tirando o sono daqueles que trabalharão e desejam o progresso e a felicidade de nosso Estado. (Muito bem. Palmas)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena

José Guimard

Eugenio Barros

Sebastião Azevedo

José Cândido

Antônio Jucá

Ruy Carneiro

Josaphat Marinho

Jefferson de Aguiar

Faria Távora

Filinto Müller

Daniel Krieger — 12.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mendonça) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura da Resolução encaminhada à mesa.

de acordo com o artigo 1.º da Lei nº 1.234/68, a empresa é considerada de pequeno porte quando o faturamento anual não ultrapassar o valor de R\$ 100 milhões.

certificados de inscrição na repartição governamental, enquanto perdurar tal situação e não poderão agir como agentes comuns, só podendo transacionar em nome de sua representação.

Art. 6º Só o próprio ou representante credenciado de agência devidamente legalizada, poderá tratar de papéis relativos a viagens junto às repartições federais.

Art. 7º Agências de Turismo e Agências de Passagens, poderão vender toda e qualquer passagem, a quem quer que seja, mesmo às entidades governamentais, e seja qual for a forma de pagamento destas às transportadoras.

Art. 8º O poder executivo baixará, dentro de 30 dias da publicação desta lei, o respectivo regulamento.

Art. 9º As empresas habilitadas na forma anterior deverão adaptar-se aos preceitos desta lei no prazo de 180 dias, a partir da data em que entrar em vigor e a falta de registro no referido prazo, implicará em seu fechamento pelo órgão federal.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

As agências de viagens são parte integrante da indústria do turismo, formada por esse conjunto de atividades, umas diretamente resultantes do fenômeno turístico, outras de interesse subsidiário, mas encontrando nele uma ajuda e um estimulante imprescindível.

As agências de viagens surgiram como intermediárias entre o turista individual e a indústria, notadamente os transportes e a hotelaria. Neste papel de simples intermediárias a sua ação justifica-se e tende mesmo a desenvolver-se na medida em que as viagens se intensificam e se torna cada vez mais difícil ao turista vulgar resolver por si próprio problemas de passaportes, vistos, combinações de horários, dividas e alojamentos, de forma a que as viagens se realizem sem percalços no espaço de tempo previsto. Esses fatores de insegurança no turismo são dominados e removidos pelas agências de viagens, graças à especialização de conhecimentos que possuem; daí ser cada vez maior a procura dos seus serviços.

O pós-guerra abriu às agências novo campo de ação, em virtude do incremento que teve o turismo popular, ou seja o turismo das massas, consequência da elevação do nível de vida das classes trabalhadoras. Na verdade, ao lado do turismo individual, que até 1939 constituiu a forma quase exclusiva de expressão do fenômeno, ganhou volume o turismo coletivo, em que as viagens são levadas a efeito em grupo e a preço previamente ajustado.

Deste modo, as agências de viagens, que anteriormente se limitavam à posição de simples intermediárias, passaram a exercer o papel de fomentadoras do turismo como diretas organizadoras de excursões e circuitos.

As agências de viagens, pelos fins que satisfazem e pela propaganda que realizam, são notáveis instrumentos fomentadores do turismo. Podem, porém, transformar-se em elementos perturbadores, se lhes faltar competência técnica e idoneidade financeira.

Compõe-se deste modo, que se procure aperfeiçoar a legislação presentemente em vigor, procurando assegurar aquelas condições de competência e idoneidade e o sério exercício da respectiva atividade.

Devemos ressaltar que todos os países da Europa, os Estados Unidos e a maioria dos países da América Latina, já regulamentaram a profissão de agente de viagens. Estes se distri-

buem por empresas de dois tipos: agências de turismo e agências de passagens.

As primeiras são especificamente os órgãos que, no campo da iniciativa privada, promovem o turismo e as segundas os elementos que incrementam o transporte turístico.

Daí a conveniência de ser atualizada a legislação presentemente em vigor, procurando assegurar aquelas condições de competência e idoneidade e o correto exercício da respectiva atividade.

Essa é a finalidade a que visa o presente Projeto, na convicção de estar contribuindo para disciplinar atividades constitutivas de uma das fontes de receita que mais poderão contribuir para o desenvolvimento econômico do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1965. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) O projeto que acaba de ser lido será publicado e, a seguir, encaminhado às Comissões competentes.

Presentes na Casa 27 senhores Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1º:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 81, de 1963, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, que altera a redação do art. 461, caput, e seu parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 2 do mês em curso), tendo pareceres favoráveis, sob ns. 463, e 464, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Em discussão.

Se nenhum dos senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas e não tendo, também, requerimento de nenhum dos senhores Senadores para que o projeto seja submetido a votos, é ele tido como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 272-A, do Regimento.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, de 1963

Altera a redação do art. 461, caput e seu parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 461, caput e seu parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 461. Sendo idêntica a função a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) 2º e último item:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1965, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que assegura facilidades para o exercício de direito de representação (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 25 de maio), tendo parecer sob nº 341, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo (Emenda nº CCJ), com voto vencido do Sr. Senador Edmundo Levi.

NOTA — O substitutivo ficou prejudicado no primeiro turno, com a aprovação do projeto, votado preferencialmente.

Em discussão o projeto em seu segundo Turno (Pausa).

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, quero apenas salientar que este projeto tem grande importância. A própria divergência que suscitou justifica que, neste instante, eu peça permissão a V. Exª para ponderar que não é daquelas matérias que possam ser aprovadas sem que haja, efetivamente, quorum no plenário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — V. Exª requereu que o projeto seja submetido a votos. Portanto, ficará ele sobrestado para apreciação em próxima sessão. A sua discussão, porém, fica encerrada, com o recurso apenas de encaminhamento da votação.

Não há mais matéria para ser apreciada na Ordem do Dia, nem oradores inscritos.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, as diversas ordens religiosas que escolheram meu Estado para campo de suas atividades vêm realizando obra notável, eficiente, capaz de corresponder aos anseios daquelas populações abandonadas, às quais nem sempre o Governo pode ajudar, dado o desconhecimento das diversas regiões em que ficam sediadas.

Foi agradável para mim, como paraense e como brasileiro, ao percorrer as zonas distantes do Rio Tapajós, Rio Tocantins, ou Rio das Ilhas, Bragançola, Salgados, encontrar algum colégio dirigido por padres e freiras, num trabalho ingente e notável.

Para isso têm conseguido diversas prelações para o Estado. A última, criada por S.S. o Papa João XXIII, foi a de Ponta de Pedras, Marajó e Rio das Ilhas, entregue aos padres da Ordem dos Jesuítas, dos quais recebi um telegrama que passo a ler, para que conste dos anais:

“Vigários de Sta. Cruz, Ponta de Pedras, Muana, Cachoeira, Boa Vista, Curralinho, sentem satisfação em comunicar a V. Exª que Padre Angelo Rivato foi nomeado pelo Papa, Primeiro Prelado da prelação de Ponta de Pedras em Marajó. Ao mesmo tempo convidam V. Exª para a posse no dia 25 de junho em Ponta de Pedras, Jesuítas de Belém”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão designando para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 7 de junho de 1965

(Segunda-Feira)

1

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1965 de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que assegura facilidades para o exercício de direito de representação (projeto aprovado em primeiro turno na sessão de 25 de maio), tendo parecer sob nº 341, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo (Emenda número -CCJ), com voto vencido do Senhor Senador Edmundo Levi.

Nota: — O substitutivo ficou prejudicado, no primeiro turno, com a aprovação do projeto, votado preferencialmente.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 12, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturité, Estado do Ceará julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 58, de 1965).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas).

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 6, de 1965 (C.N.), que altera a Lei nº 4.488, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoção dos Oficiais do Exército)

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1965

Instalação

As dezessis horas do dia três de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores José Guimard, Victorino Freire, Benedicto Valadares, Milton Menezes, Zacharias de Assump-

ção, Eduardo Assmar e Cattete Pinheiro e os Srs. Deputados Mendes de Moraes, Costa Cavalcanti, Alvi Macedo, Benjamin Farah, Janary Nunes e Euclides Triches, reúne-se Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 6, de 1965 (CN), que altera a Lei nº 4.488, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoção dos Oficiais do Exército).

De acordo com o que preceitua § 3º, do art. 81, do Regimento Interno, assume a presidência o Sr. Senador Zacharias de Assumpção, que declara instalados os trabalhos da Comissão.

A seguir, o Sr. Presidente, segundo dispositivo regimental, declara que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuidas as cédulas o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador

os Srs. Senador Cattete Pinheiro e Deputado Euclides Trichês.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Guimard — 10 votos.
Senador Cattete Pinheiro — 1 voto.
Em branco — 2 votos.

Para Vice-Presidente:

Deputado Benjamin Farah — 8 votos.
Senador Benedicto Valadares — 1 voto.

Senador Cattete Pinheiro — 1 voto.
Deputado Janary Nunes — 1 voto.

Em branco — 2 votos.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senador José Guimard e Deputado Benjamin Farah.

Assumindo a presidência o Sr. Senador José Guimard agradece a seus companheiros a honra com que foi distinguido, prometendo exercer tão elevada função, em estreito entendimento com seus pares, e, designa, a seguir, para relatar a matéria o Sr. Deputado Costa Cavalcanti.

Prosseguindo, o Sr. Presidente apresenta à Comissão as normas disciplinares dos trabalhos que submetidas à discussão e votação são aprovadas. E, por determinação do Sr. Presidente, serão publicadas como anexo desta ata.

Em seguida, o Sr. Presidente faz a leitura do calendário que consta do seguinte:

— dias 4, 7, 8, 9 e 10: recebimento de emendas pela Comissão através da secretaria da mesma no 11º andar do Anexo do Senado Federal.

— dia 15: apresentação do parecer pela Comissão.

— dia 16: publicação do parecer.

— dia 21: discussão do Projeto às 21.30 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aracy O'Reilly de Souza, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros. — José Guimard, Presidente. — Victorino Freire. — Benedicto Valadares. — Milton Menezes. — Zacharias de Assumpção. — Eduardo Assmar. — Cattete Pinheiro. — Mendes de Moraes. — Costa Cavalcanti. — Alves Macedo. — Benjamin Farah. — Janary Nunes. — Euclides Trichês.

NORMA DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra "a", do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra "a", do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que apresentem a desnecessária proposta pelo Presidente da República (letra "b", do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Co-

missão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Se será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Serão eliminadas as emendas que versarem totalmente sobre o mesmo assunto, prevalecendo a que primeiro for recebida pela Secretaria da Comissão.

Art. 7º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f", do art. 8º, da Resolução número 1, de 1964 (CN)).

Art. 8º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 9º Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e,
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 10. As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 11. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou em representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 12. Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 13. Ultrapassada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões antes votadas.

Art. 14. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 15. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (CN), art. 8º, letra k).

Art. 16. As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 17. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 18. Estas normas serão observadas pela Comissão Mista e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em ... de ... de 1965.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO COMISSÃO DE JUSTIÇA

15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 1965

As 15.30 horas do dia 2 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Afonso Arinos, presentes os senhores Senadores Heribaldo Vieira, Aloisio de Carvalho, Josaphat Marinho, Menezes Pimentel, Edmundo Levi, Ruy Carneiro e Jefferson de Aguiar, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os senhores Senadores Wilson Gonçalves, Antônio Balbino, Bezerra Neto e Arthur Virgílio.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Jefferson de Aguiar:

— Pela constitucionalidade e juridicidade, com uma emenda do Projeto de Lei no Senado nº 30-65 — Disciplina o registro no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agro-pecuários, ou de interesse de política agrária, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas.

— Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 32-65 — Declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor, de Ananindeua" sediado em Ananindeua, Estado do Pará; do Projeto de Lei do Senado nº 34-65 — Retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria a Coletoria Federal no Município de Xanxaré, Estado de Santa Catarina; do Projeto de Lei da Câmara nº 89-65 — Regula a ação popular.

— Por diligências junto ao Supremo Tribunal Federal, Governo de Minas Gerais e Secretaria do Senado sobre o Ofício nº 209-P(1) do Presidente do Supremo Tribunal Federal enviando cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 17.248 de Minas Gerais, (inconstitucionalidade do Decreto nº 1.987-39).

— Pelo arquivamento do Projeto de Resolução nº 34-65 (Ofício número 209-P(2) do Presidente do Supremo Tribunal Federal enviando cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 19.157, de Minas Gerais, (inconstitucionalidade do Decreto nº 1.076-44)).

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados, com exceção do Projeto de Lei da Câmara nº 89-65 que é deferido pelo Senador Josaphat Marinho.

Pelo Senador Menezes Pimentel:
— Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 28-65 — Institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modificando a Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

— Sobrestar o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 24-65 — Dispõe sobre o pagamento de gratifi-

cação anual, a título participacional, por empresas de fins lucrativos e outras providências, até a apreciação pelo Senado da Mensagem e do Governo que trata de matéria idêntica e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Senador Heribaldo Vieira:

— Sobrestar o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 7-65 — Modifica a forma de pagamento do 13º mês de salário instituído pela Lei nº 4.090, de 13-7-62, para ser anexado à Mensagem do Governo sobre idêntica matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Pelo Senador Aloisio de Carvalho:

— Pelo arquivamento do Ofício nº 13-P(1) de 1964 do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Pelo Senador Josaphat Marinho:

— Parecer favorável, com Projeto de Resolução, do Ofício nº 723-P(j) de 1962, do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

— Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39-64 — Modifica os artigos 1º e 13 do Decreto-lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre o aperfeiçoamento, especialização, viagens e estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e federais no estrangeiro.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Senador Edmundo Levi:

Parecer oferecido ao Projeto de Resolução nº 71-64 (Of. 208-P(3) do Presidente do Supremo Tribunal Federal tornando sem efeito a Resolução nº 17 de 24-3-65, pelos motivos expostos.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Pedindo a palavra, o Senador Josaphat Marinho devolve o Ofício nº 335-P-(2) do Presidente do Supremo Tribunal, cuja vista lhe fora concedida, solicitando que ao mesmo fosse anexadas certidões fornecidas pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que esclarecem a matéria. Atendida a solicitação o Ofício é devolvido ao relator designado anteriormente, Senador Edmundo Levi, a fim de rever seu parecer face aos novos elementos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

115ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1965

As 15 horas do dia 2 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência dos Srs. Argemiro de Figueiredo e Irineu Bornhausen, presentes os Srs. Pessoa de Queiroz, Lobão da Silveira, Antônio Jucá, Victorino Freire, Lino de Mattos, Aurélio Vianna, Eurico Rezende, Mem de Sá e Eugênio Barros, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Sérgio Pacheco, Waldado Gurçul, Bezerra Neto e Faria Tavares.

E' lida e, sem restrições, aprovada a ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta, são aprovados os seguintes:

Pelo Sr. Antônio Jucá:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1963, que dá uma ordem de serviço fiscal e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito especial de Cr\$ 349.000.000, para atender às despesas decorrentes da realização da Segunda Conferência Interamericana Inter-Governamental;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1963, que modifica a Lei nº 3.703, de 25 de abril de 1955, que concede pensão especial de Cr\$ 40.000 à viúva e filhos do Senador Lamartine Goulart;

Pelo arquivamento da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1963, que altera o art. 1º da Lei delegada número 6, de 16 de setembro de 1962, que autoriza a construção da Companhia Brasileira de Alimentos e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1963, que dispõe sobre a série de crimes do Pesquisador e dá outras providências;

Sobre os projetos de pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados:

Pelo Sr. Antônio Vianna:

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1961, que determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a permutar um terreno de propriedade da União Federal por outros pertencentes ao Município de Guarapuava Estado do Paraná; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1963, que autoriza o cancelamento de débito do espólio de Confreza Vilhena, antigo Diretor-Geral da Companhia de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional.

Sem restrições, são os pareceres aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Lobão da Silveira:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1963, que isenta dos impostos de importação e consumo bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1963, que fixa novos valores dos símbolos dos corpos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Lino de Mattos:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1963, que dispõe sobre os serviços de registro do comércio e atividades afins e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1963, que isenta das taxas de importação e de consumo equipamentos telefônicos destinados à Telefonia Pínel S.A.;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1963, que cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1963, que dispõe sobre o exercício da atividade hemoperatória no Brasil e dá outras providências.

A Comissão, por unanimidade, aprova os pareceres.

Pelo Sr. Mem de Sá:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1963, que disciplina o funcionamento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus centros orientadores, já denominados, e dá outras providências;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1963, que isenta a Fábrika Nacional de Fios e Seda S.A. de Impostos Federais e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Paulo de Castro:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1963, que revoga o crédito especial de Cr\$ 4.271, do 1º de janeiro de 1963, para abate no crédito especial de Cr\$ 400.000.000 destinado a financiar o da queda de um soldado da União na Sociedade de Engenharia e "Cabo Inácio Pereira", como soldado em exercício de 1963.

Sem restrições, é o parecer aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Eurico Rangel:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1963, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos destinados à Companhia Telefônica de Uberaba S.A.;

Favorável às mudanças de ns. 1, 2 e 3, do Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1961, que concede isen-

ção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Pelo Sr. Irineu Bornhausen:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, crédito de Cr\$ 50.412.700, destinado a atender às despesas com o pagamento de juros e amortização dos empréstimos de 1961, Estado da Santa Catarina.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Pelo Sr. Argemiro de Figueiredo: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 550.150.500, para atender às despesas com o pagamento de juros e amortização dos empréstimos de 1961, e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1963, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Liga de Amadores Esportivos de Rádio Friburgo (L.A.P.R.F.).

Sem restrições, são os pareceres aprovados pela Comissão.

Mais uma vez, levando em conta, em especial, a situação econômica, a Comissão, por unanimidade, aprova o projeto, será arquivado pelo Senado.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, nos termos do artigo 319 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, item 23 da Resolução nº 6, de 1960, concedeu salário-família aos seguintes funcionários:

José Falcão Gonçalves da Souza, Pesquisador de Orçamento, FT-3, em relação a sua filha Solange Maria, a partir de março de 1965. (DP-425, de 1965).

José Maria Diniz, Auxiliar de Limpeza, em relação a sua esposa Aira e a sua filha Maria José, a partir de março de 1965. (DP-431-65).

Maria Fê e Silva, Telefonista, PL-14, em relação a seu dependente Manoel Fernando Silva, a partir de fevereiro de 1965, indeferido em relação a Maria José de Silva, por falta de amparo legal. (DP-257-65).

Deferiu, nos termos do artigo 270, item I e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, licenças concedidas pela Junta Médica aos seguintes funcionários:

Licurgo Manoel Corá, Expedidor, FT-8, no período de 3 a 18 de abril de 1965, num total de 11 dias. (DP-341-65).

Orlando de Carvalho, Auxiliar de Limpeza, no período de 11 a 23 de abril de 1965, num total de 16 dias, em perseguição. (DP-342-65).

Manoel Vieira dos Santos, Guarda de Segurança, PL-9, no período de 9 a 18 de abril de 1965, num total de 10 dias. (DP-347-65).

Carlos de Oliveira Salles Filho, Guarda de Segurança, PL-9, no período de 23 de março a 20 de abril de 1965, num total de 29 dias. (DP-348, de 1965).

Orlando de Carvalho, Auxiliar de Limpeza, no período de 1º a 30 de abril de 1965, num total de 10 dias. (DP-227-65).

Silvário Pedriques, Motorista, PL-19, no período de 3 a 18 de maio de 1965, num total de 13 dias. (DP-414 de 1965).

Manoel Eduardo e Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no período de 7 a 24 de maio de 1965, num total de 18 dias. (DP-435-65).

José Procópio Drummond, Motorista, PL-10, no período de 19 de abril a 16 de maio de 1965, num total de 28 dias. (DP-442-65).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, item 2 da Resolução nº 6, de 1960, deferimento nos seguintes encaminhamentos:

DP-260-65 — de Carlos do Carmo Moreira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita horário especial de trabalho, compatível com o regime escolar, de acordo com autorização da Comissão Diretora;

DP-328-65 — de Alzair Pinto de Andrade, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 3 de maio de 1965;

DP-393-65 — de Luiz Motte de Costa, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 3 de maio de 1965.

Concedeu, nos termos dos artigos 236 e 237, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, item 35 da Resolução nº 6, de 1960, licença especial a Fátima Flores de Silva, Oficial Legislativo, PL-4, correspondente ao período de 23 de junho de 1963 a 26 de junho de 1965, a partir de 23 de junho de 1965. (DP-392-65).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960 e de acordo com os atestados médicos, abono às faltas dos seguintes funcionários:

No mês de abril de 1965:

Ieda Ferreira da Rocha, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 30.

No mês de maio de 1965:

Getúlio da Gama Volnei, Eletricista, PL-7, nos dias 7, 8 e 9; levando à conta de licença para tratamento de saúde os dias 10, 11, 12, 13 e 14;

Alfredo Rodrigues Teixeira Neto, Emendador, FT-2, nos dias 11, 12 e 13;

Vilair Gomes Ferreira, Impressor, FT-3, nos dias 11, 12 e 13;

Ednair Simões Lopes Conceição, Auxiliar de Limpeza, FT-5, nos dias 12 e 13;

Milken Pereira de Santana, Linotipista, FT-2, nos dias 13, 14 e 15; levando à conta de licença para tratamento de saúde os dias 16 e 17;

Genoveva Ayres Ferreira Dias, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 14;

Tracema Soares Pereira, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, nos dias 14 e 18;

Dermival Gomes Ribeiro, Servente da Administração, FT-8, nos dias 14, 15 e 16; levando à conta de licença para tratamento de saúde os dias 17, 18 e 19;

Tomaz Martins Vieira, Auxiliar de Limpeza, nos dias 15, 16 e 17; levando à conta de licença para tratamento de saúde os dias 18 e 19;

Iraci Francisco Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 17, saída antecipada;

José Diogo Siller, Ajudante da Portaria, FT-7, no dia 17;

Francisco de Assis Neves, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 17;

Luiz Carlos Homem da Costa, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 17;

Francisco Gonçalves de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 17;

Gerardo Lima de Aguiar, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 17;

João da Costa Bernardes, Conservador da Bomba d'Água, FT-7, nos dias 17 e 18;

Jairo Barbosa Mattos, Ajudante da Portaria, FT-7, nos dias 17 e 18;

Helena Carneiro Leite, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, nos dias 17 e 18;

Hélio Chaves, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 18, saída antecipada;

Oroberto Falva do Nascimento, Auxiliar de Limpeza, no dia 18;

Ereno Braz de Faria, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 18;

Cerson de Souza Lima, Auxiliar de Limpeza, no dia 18;

Ramiro Manoel e Silva, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 19;

Onofre Alves de Freitas, Ajudante de Portaria, FT-7, nos dias 19 e 20;

João Barreto Rosa, Auxiliar de Limpeza, nos dias 20 e 21.

Republicar por ter sido emitido com incorreção no D.C.N. de 19 de maio de 1965;

O Diretor-Geral deferiu...

Requerimento DP-207-65 de

Tracema Soares, Ajudante de Portaria, FT-7, em que solicita averbação em seus assentamentos do tempo de serviço prestado à Prefeitura Municipal de Colatina, no Estado do Espírito Santo, num total de 835 dias para todos os efeitos legais, exceto o de licença especial.

Diretoria do Pessoal, em 3 de maio de 1965. — Maria do Carmo Falcão Ribeiro Saraiva, Diretora.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, itens 9 e 11 da Resolução

nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

De Genoveva Ayres Ferreira Dias, 17 de maio de 1965, por motivo de Auxiliar Legislativo, PL-7, em que solicita abono de faltas nos dias 4, 12 e provas na Universidade de Brasília. (DP ns. 438-65, 439-65 e 440-65, respectivamente).

De Alexandre Dumas Paraguassu, Oficial Legislativo, PL-6, em que solicita abono de falta no dia 14 de maio de 1965, por motivo de prova na Universidade de Brasília. (DP-444-65).

Mauro Motta Burlamaqui, Auxiliar Legislativo, PL-10 em que solicita horário especial de trabalho, das 13.30 às 19.30 horas, para frequentar curso na Universidade, a partir de 20 de maio de 1965 (DP-453-65).

De Orlando Ayres, Ajudante de Porteiro, PL-7, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 10 de maio de 1965 (DP-412-65).

De Alexandre Souza dos Reis, Mecânico de Linotipo FT-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 1º de junho de 1965. (DP-413-65).

De Manoel Thomaz da Rocha, Auxiliar de Encadernação, FT-5, em que solicita férias relativas ao exercício de 1964, a partir de 17 de maio de 1965. (DP-426-65).

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 11 da Resolução nº 6, de 1960 e de acordo com os atestados médicos, abono às faltas relativas ao mês de maio dos seguintes funcionários:

Fernando Antônio Conde, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 7;

José Benedito Brandão, Auxiliar de Limpeza, no dia 12;

Nilton José de Souza, Servente da Administração, FT-8, nos dias 18, 19 e 20;

Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 19;

Helena Carneiro Leite, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 19;

Paulo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 19;

Hélio Chaves, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 1;

Hélio Augusto da Silveira, Auxiliar de Portaria, FT-7, no dia 20;

Aloísio Barbosa de Souza, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, no dia 20;

Rubem Patu Trezena, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 20;

Adalberto Souza Barros, Vigia, FT-8, nos dias 20 e 21;

Republicar por haver saído com incorreções no D.C.N. de 29 de maio de 1965.

O Diretor-Geral concedeu, de acordo com atestados médicos, abono às faltas dos seguintes funcionários:

No mês de maio de 1965:

Victor Lobo, Auxiliar de Portaria, PL-9, nos dias 5, 6 e 7;

Paulo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 6 e 7;

Sebastião Nogueira, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 7;

Celso Ferreira dos Santos, Auxiliar da Portaria, FT-7, no dia 7;

Carmelita de Souza, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 7;

João Azevedo da Silveira, Ajudante de Portaria, PL-10, no dia 7;

Pérola Cardoso Raulino, Oficial Bibliotecário, PL-4, no dia 7;

Vânia Mendonça de Figueiredo, Auxiliar Legislativo PL-9, no dia 7;

Thomaz Martins Vieira, Auxiliar de Limpeza, nos dias 7 e 8.

Diretoria do Pessoal, 4 de junho de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, PL-11, Elso Rodrigues Cantanhede, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no artigo 210, item II e parágrafo 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, 3 de junho de 1965. — Emanoel Mendes Bianna, Diretor-Geral.

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondim (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Giomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — S. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodim — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Pérciles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	65
	66

BLOCOS PARTIDARIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder de Governo:
Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:
Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:
Lino de Mattos (PTN)
Vice-Líderes:
Aurélio Vianna (PSB)
Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)
Aarão Steinbruch (MTR)
Miguel Couto (PSP)
Arnon de Mello (PDC)
Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto
Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos
Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello
PARTIDO REPUBLICANO (PR)
Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

AGRICULTURA

PSD

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. José Leite

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

PTB

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Dylton Costa

1. Aurélio Vianna

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

DISTRITO FEDERAL

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

1. Arthur Virgílio
2. Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lope. da Costa

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

TITULARES

1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Adolpho Franco
2. Lopes da Costa
3. Irineu Bornhausen

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

TITULARES

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Antônio Jucá
2. Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Melo Braga

UDN

1. Padre Calazans
2. Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Bezerra Neto
3. Pessoa de Queiroz
4. Antônio Jucá

1. José Ermirio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. Faria Tavares
2. Irineu Bornhausen
3. Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

2. Lino de Mattos
1. Josaphat Marinho

2. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSD

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SECAS

PSD

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. José Ermirio
2. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Aurélio Vianna

PL

1. Aloysio de Carvalho

TITULARES

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

1. Nelson Maculan
2. Barros Carvalho

1. Adolpho Franco
2. Irineu Bornhausen

1. Dilton Costa

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barros

1. Vivaldo Lima
2. Edmundo Levi

1. Eurico Rezende
2. Heribaldo Vieira

1. Aarão Steinbruch

TITULARES

1. Benedicto Valladares
2. Jefferson de Aguiar

1. José Ermirio
2. Argemiro Figueiredo

1. João Agripino
2. Faria Tavares

1. Josaphat Marinho

TITULARES

1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer

1. Argemiro Figueiredo
2. Dix-Huit Rosado

1. João Agripino
2. Heribaldo Vieira

1. Aurélio Vianna

TITULARES

1. Wilson Gonçalves
2. José Guimard
3. Jefferson de Aguiar

1. José Ermirio
2. Bezerra Neto

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Lino de Mattos

1. Mem de Sá

REDAÇÃO

PSD

TITULARES
1. Walfrido Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Durico Rezende

BPI

1. Josephat Marinho

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Fumal
4. José Guilomard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pastor de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Cui dos Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfrido Gurgel
2. Eugênio Farros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guilomard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Pércles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josephat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Pércles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Josephat Marinho

BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 489-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento nº 193-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Constituída em 4 de janeiro de 1963 com a designação dos membros senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento nº 198-63 do Sr. Senador Afonso Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Galberto Amado — PSD.
Menezes Fumal — PSD.
Heriberto Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 26 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.150-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josephat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, FL-3, J. B. Castellan Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Júlia Ribeiro dos Santos, PL-3.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na economia

Criada em virtude do Requerimento nº 562-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 19 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 16 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 565-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Ermirio — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Mello Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 6ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

I) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 168-63, do Sr. Senador Paquet Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 158-63 do Sr. Senador Antônio Juchá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) — Partidos

Jose Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Juchá — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Siegfried Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurelio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Caparim (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Luarte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Sélio Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Carneiro — PSP.
Juarez Fávora — PDC.
Ewaldito Pinto — MTA.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto.
Nelson Maculan.
Eurico Rezende.
Aurelio Vianna.
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

Lino de Matos — PTN.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valadares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heriberto Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S.legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE, APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (18) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heriberto Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Pericles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 20 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heriberto Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS BENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Múler — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heriberto Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COIAS DE BEM-POSTOS DESTINADAS AOS MU-NICÍPIOS)

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (18) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heriberto Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S.leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heriberto Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMINAÇÕES INTERINAS)

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 186-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PS.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Lino de Matos - PTN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 16 de julho de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 187-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.148, aprovado em 11 de dezembro de 1963.
 Completada em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PS.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
 Prorrogada:
 - até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
 - até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
 Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
 Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.
 Menezes Pimentel - Presidente.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
 Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
 26 de abril - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO)

Eleita em 13.9.62.
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 18.12.63.
 Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - Relator - PSD.
 Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Josaphat Marinho (23.4.63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Eurico Rezende (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Júlio Leite (23.4.63) - PR.

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
 Prorrogada:
 - até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Ruy Carneiro - PSD.
 Pedro Ludovico - PSD.
 Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.
 Benedito Valladares - PSD.
 Milton Campos - UDN.
 Heribaldo Vieira - UDN.
 Furico Rezende (23-4-63) - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 João Agripino (23-4-63) - UDN.
 Amaury Silva (23.4.63) - PTB.
 Nogueira da Gama - PTB.
 Barros Carvalho - PTB.
 Mem de Sá - PL.
 Raul Giuberti - PSP.

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - Relator - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63.
 Prorrogada:
 - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - Presidente - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Artur Virgílio - PTN.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - Relator - UDN.
 João Agripino - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Aloysio de Carvalho - PL.

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.6.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.

Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Catalão - Vice-Presidente - PTB.
 Vaga do Senador Eduardo Assis - Eurico Rezende - Presidente - Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Relator - Em Legenda.

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.6.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Adalberto Sena - PTB.
 Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 João Agripino - UDN.

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.6.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Lobão da Silveira - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 Menezes Pimentel - PSD.
 Leite Neto - PSD.
 Amaury Silva - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Vaga do Senador Humberto Neder - PTB.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Daniel Krieger - UDN.
 Aloysio de Carvalho - PL.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63.
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos
 Jefferson de Aguiar - PSD.
 Ruy Carneiro - PSD.
 Wilson Gonçalves - PSD.
 José Feliciano - PSD.
 Walfrido Gurgel - PSD.
 Argemiro de Figueiredo - PTB.
 Bezerra Neto - PTB.
 Silvestre Péricles - PTB.
 Edmundo Levi - PTB.
 Eurico Rezende - UDN.
 Milton Campos - UDN.
 Aloysio de Carvalho - UDN.
 Afonso Arinos - UDN.
 Josaphat Marinho - Sem Legenda.
 Raul Giuberti - PSP.
 José Leite - PR.